

JOSÉ DOMINGUES

DAS ANTIGAS CORTES À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

HISTÓRIA CONSTITUCIONAL
DAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES

PREFÁCIO DE
VITAL MOREIRA



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

ÍNDICE

•

Prefácio.....	5
Nota prévia	11
Lista de abreviaturas e siglas	13

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

PARTE I HISTÓRIA CONSTITUCIONAL ELEITORAL ATÉ 1974

CAPÍTULO I AS ANTIGAS CORTES GERAIS PORTUGUESAS (SÉCULOS XIII-XVII)	25
1.1. As assembleias representativas na Europa ocidental medieval.....	25
1.2. Origem e evolução das Cortes gerais portuguesas	28
1.2.1. Representação separada dos três estados do reino	28
1.2.2. Representação do terceiro estado	30
1.2.3. Cobertura territorial da representação local	32
1.3. O papel político das Cortes.....	33
1.3.1. Garantia institucional das Cortes tradicionais	33
1.3.2. Competências.....	35
1.3.3. Frequência e duração das Cortes.....	39
1.4. Regime eleitoral dos procuradores concelhios.....	40
1.4.1. Autonomia eleitoral municipal.....	40
1.4.2. Lei eleitoral de 9 de setembro de 1820.....	40
1.4.3. Projeto para a reforma da Lei Fundamental (1828)	41
1.5. Capacidade eleitoral.....	43
1.5.1. Capacidade eleitoral ativa	43
a. Membros das câmaras municipais.....	44
b. Casa dos Vinte e Quatro	45

c. Universidade.....	45
d. Nobreza local.....	46
e. Homens bons.....	46
f. “Povo miúdo”	46
1.5.2. Capacidade eleitoral passiva e suas restrições	47
a. Inelegibilidade de magistrados do rei em Lisboa	49
b. Inelegibilidade de julgadores de fora, soldados e oficiais de guerra ...	49
c. Inelegibilidade de cristãos-novos.....	50
1.6. Sistema eleitoral.....	51
1.6.1. A representação dos concelhos	51
1.6.2. Modo de votação	52
1.6.3. Fórmula eleitoral.....	54
1.6.4. Natureza da representação	55
Fontes e bibliografia	59
 CAPÍTULO II	
AS CORTES CONSTITUINTES DE 1820-1822 E A CONSTITUIÇÃO DE 1822.....	67
2.1. Das eleições das Cortes Constituintes à constituição eleitoral de 1822.....	67
2.2. As Cortes na Constituição de 1822	70
2.2.1. As Cortes como principal órgão do poder	70
2.2.2. Dimensão das Cortes e representação territorial	72
2.2.3. Competências das Cortes	73
2.2.4. Legislatura e sessões legislativas.....	74
2.3. Regime eleitoral vintista	76
2.3.1. Eleição das Cortes Constituintes	76
2.3.2. Eleição das Cortes ordinárias.....	78
2.4. Capacidade eleitoral	79
2.4.1. Direito de sufrágio	79
2.4.2. Capacidade eleitoral passiva	82
2.4.3. Recenseamento eleitoral.....	85
2.5. Sistema eleitoral.....	85
2.5.1. Critério populacional de representação	85
2.5.2. Círculos eleitorais	86
2.5.3. Liberdade de voto	89
a. Voto pessoal.....	89
b. Voto secreto	90

2.5.4. Modo de votar	94
a. Lista plurinominal completa	94
b. Lista prévia	96
2.5.5. Fórmula eleitoral.....	97
2.6. Principais inovações do regime eleitoral	99
Fontes e bibliografia.....	100
Anexo — Legislação eleitoral (1820-1822)	110
CAPÍTULO III	
CARTA CONSTITUCIONAL I (1826-1852)	113
Nota prévia	113
3.1. Origens e sistema político da Carta Constitucional.....	114
3.1.1. O Projeto da Lei Fundamental de 1823.....	114
3.1.2. Outorga da Carta Constitucional.....	117
3.1.3. O triunfo do princípio monárquico	121
3.1.4. O mais longo texto constitucional português	122
3.2. As Cortes na Carta Constitucional.....	124
3.2.1. Partilha do poder entre o rei e as Cortes.....	124
3.2.2. Bicameralismo parlamentar.....	125
3.2.3. Poder moderador e dissolução das Cortes.....	127
3.2.4. Posição das Cortes no Cartismo.....	129
3.2.5. Competências das Cortes.....	130
3.2.6. Legislatura e sessões legislativas.....	131
3.3. Regime eleitoral cartista	132
3.3.1. A constituição eleitoral da Carta.....	132
3.3.2. A legislação eleitoral.....	133
3.4. Capacidade eleitoral.....	136
3.4.1. Direito de sufrágio	136
3.4.2. Capacidade eleitoral passiva	138
3.4.3. Recenseamento eleitoral ativo e passivo	141
3.5. Sistema eleitoral.....	142
3.5.1. Círculos eleitorais.....	142
a. Círculos eleitorais provinciais	142
b. Círculos eleitorais de base distrital.....	144

3.5.2. Modo de votação	147
3.5.3. Fórmula eleitoral	148
3.6. Principais inovações do regime eleitoral cartista.....	149
Fontes e bibliografia	150
Anexo — Legislação eleitoral (1826-28/1834-36/1842-1852)	165
CAPÍTULO IV	
O PERÍODO <i>SETEMBRISTA</i> E A CONSTITUIÇÃO DE 1838	169
4.1. Origens e características da Constituição setembrista	169
4.1.1. A Revolução setembrista e o fim da Carta	169
4.1.2. Constituição compromissória	172
4.2. As Cortes na Constituição de 1838	174
4.2.1. Entre o parlamento de 1822 e o parlamento de 1826	174
4.2.2. Os poderes das Cortes.....	176
4.2.3. Legislatura e sessões legislativas.....	176
4.3. Regime eleitoral <i>setembrista</i>	176
4.3.1. Eleição das Cortes Constituintes	176
4.3.2. A constituição eleitoral setembrista.....	179
4.3.3. A legislação eleitoral	180
4.4. Capacidade eleitoral.....	181
4.4.1. Direito de sufrágio	181
4.4.2. Capacidade eleitoral passiva	181
4.4.3. Recenseamento eleitoral.....	183
4.5. Sistema eleitoral.....	185
4.5.1. Círculos eleitorais.....	185
4.5.2. Modo de votação	188
4.5.3. Fórmula eleitoral.....	189
4.6. Principais inovações do regime eleitoral.....	191
Fontes e bibliografia	192
Anexo — Legislação eleitoral (1836-1842)	195
CAPÍTULO V	
CARTA CONSTITUCIONAL II (1852-1910)	197
5.1. A reforma da Carta Constitucional.....	197

5.2. Protagonismo das Cortes e da Câmara dos Deputados em especial.....	199
5.3. Novo regime eleitoral	200
5.3.1. Eleição direta dos deputados.....	200
5.3.2. Eleição indireta e corporativista dos pares.....	202
a. Eleição pelos distritos administrativos.....	203
b. Eleição pelos estabelecimentos científicos.....	204
5.3.3. Representação das minorias na eleição dos deputados.....	205
5.3.4. As quotas de representação por categoriais.....	206
5.4. Capacidade eleitoral.....	207
5.4.1. Direito de sufrágio	207
a. Maioridade eleitoral.....	207
b. Supressão da restrição dos «filhos-família».....	208
c. Derrogação censitária: habilitados por «títulos científicos e literários».....	210
d. Derrogação censitária: os que «souberem ler e escrever».....	211
e. Derrogação censitária: os «chefes de família»	212
f. Redução do valor da restrição censitária	216
5.4.2. Capacidade eleitoral passiva	217
a. Elegíveis para deputados.....	217
b. Elegíveis para pares do reino (1885-1895).....	219
5.5. Sistema eleitoral.....	221
5.5.1. Círculos eleitorais.....	221
a. Círculos plurinominais de base distrital.....	223
b. Círculos uninominais.....	227
c. Sistema misto	232
d. Círculo nacional sobreposto	233
5.5.2. Modo de votação.....	234
a. Boletim de voto plurinominal.....	235
b. Boletim de voto uninominal	235
c. Boletim de voto plurinominal incompleto	236
d. De lista de voto a lista de candidatura.....	236
5.5.3. Fórmula eleitoral.....	240
a. Maioria relativa a duas votações (1852-1859).....	240
b. Maioria absoluta a duas votações (1859-1884)	241

c. Maioria relativa a uma votação (1884-1910).....	243
d. Maioria absoluta a três votações (1885-1895).....	243
5.6. Principais inovações do regime eleitoral cartista após a Regeneração	244
Fontes e bibliografia.....	244
Anexo — Legislação eleitoral (1852-1910).....	247
CAPÍTULO VI	
A I REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1911	251
6.1. Constitucionalismo republicano	251
6.2. O parlamento na I República.....	254
6.2.1. O bicameralismo republicano.....	254
6.2.2. Mutação parlamentar sui generis	256
6.2.3. A dimensão do parlamento.....	258
6.2.4. Poderes do Congresso.....	259
6.2.5. Legislatura e sessões legislativas.....	259
6.2.6. O parlamento sob o presidencialismo sidonista (1917-1918)	260
6.3. Regime eleitoral na I República	260
6.3.1. A escassez de preceitos constitucionais.....	260
6.3.2. As leis eleitorais	261
6.4. Capacidade eleitoral.....	262
6.4.1. Direito de sufrágio	262
a. Requisito etário.....	263
b. Restrição capacitária ou de literacia.....	263
c. Exclusão do sufrágio feminino.....	266
d. Exclusão dos alienados, dos vadios e dos indigentes.....	268
e. Exclusão dos militares e afins.....	269
f. Os excluídos por efeito de decisão judicial.....	269
g. A efémera tentativa sidonista de alargamento do sufrágio.....	269
6.4.2. Capacidade eleitoral passiva	271
6.5. Sistema eleitoral.....	273
6.5.1. Círculos eleitorais.....	273
6.5.2. Imposição legal das candidaturas.....	280
a. Apresentação prévia de candidaturas	281
b. Dispensa de eleições por falta de competição.....	283
6.5.3. Modo de votação	284
6.5.4. Fórmula eleitoral.....	285
a. Sistema misto (proporcional e maioritário)	285

b. Representação das minorias.....	286
c. Eleição corporativa do Senado no Sidonismo (1918-1919).....	287
6.6. Principais inovações do regime eleitoral.....	288
Fontes e bibliografia.....	290
Anexo — Legislação eleitoral (1910-1926)	294
CAPÍTULO VII	
O ESTADO NOVO E A CONSTITUIÇÃO DE 1933	299
7.1. Constitucionalismo autocrático e autoritário	299
7.1.1. Procedimento constituinte	299
7.1.2. Assegurar a posse do poder	303
a. Regime monopartidário	303
b. Restrições às candidaturas.....	304
7.2. O lugar da Assembleia Nacional no sistema político-institucional.....	305
7.2.1. Marginalidade constitucional.....	305
7.2.2. Bicararalismo atípico.....	307
7.2.3. Dimensão do parlamento.....	308
7.2.4. Legislatura e sessões legislativas	309
7.3. Regime eleitoral do <i>Estado Novo</i>	309
7.3.1. O quase silêncio constitucional.....	309
7.3.2. A legislação eleitoral	310
7.4. Capacidade eleitoral.....	311
7.4.1. Direito de sufrágio.....	311
a. Sufrágio masculino restrito.....	314
b. Sufrágio feminino ainda mais restrito	314
c. Equiparação entre o sufrágio masculino e o feminino (1968).....	316
7.4.2. Capacidade eleitoral passiva.....	317
7.5. Sistema eleitoral	318
7.5.1. Círculos eleitorais.....	318
7.5.2. Candidaturas.....	320
7.5.3. Modo de votação	321
a. Voto de lista	321
b. Voto negativo.....	322
7.5.4. Fórmula eleitoral	323

7.6. Principais inovações do regime eleitoral.....	324
Fontes e bibliografia.....	325
Anexo — Legislação eleitoral (1926-1974)	328

PARTE II A CONSTITUIÇÃO ELEITORAL DA CRP DE 1976

CAPÍTULO I CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO.....	335
---	-----

CAPÍTULO II A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO SISTEMA POLÍTICO-CONSTITUCIONAL	339
---	-----

2.1. O resgate parlamentar	339
2.2. Regresso ao monocamaralismo parlamentar	339
2.3. Poderes constitucionais da Assembleia da República.....	340
a. Função legislativa.....	341
b. Função orçamental e de controlo financeiro.....	342
c. Formação e sustentação do Governo.....	342
d. Fiscalização da atividade política do Governo	343
e. Função eletiva	343
f. Tomada de grandes decisões políticas	344
2.4. Sistema de governo de base parlamentar	344
2.5. Sistema de representação multinível.....	346
2.6. Tamanho da Assembleia da República	346
2.7. Legislatura e sessões legislativas.....	347

CAPÍTULO III REGIME ELEITORAL.....	349
---------------------------------------	-----

3.1. Programa do MFA.....	349
3.2. A Lei eleitoral da Assembleia Constituinte (1974).....	350
3.3. Regime eleitoral da Constituição	353
3.3.1. A versão originária da Constituição	353
3.3.2. As revisões da constituição eleitoral.....	354
a. Primeira revisão constitucional.....	354
b. Segunda revisão constitucional.....	355
c. Terceira revisão constitucional.....	356
d. Quarta revisão constitucional.....	356
3.3.3. Constituição eleitoral vigente.....	357
3.4. Legislação sobre a eleição da AR	359
3.4.1. A Lei eleitoral da Assembleia da República (1976)	359

3.4.2. Revisão da lei eleitoral originária (1979).....	360
3.5. As normas internacionais sobre matéria eleitoral.....	363
3.6. A jurisprudência constitucional e eleitoral	366
CAPÍTULO IV	
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO ELEITORAL.....	369
4.1. O elenco constitucional	369
4.2. Eleições periódicas.....	371
4.3. Sufrágio direto.....	373
4.4. Sufrágio universal.....	374
4.5. Sufrágio igual	377
a. Voto único e voto duplo	377
b. A repartição pelos círculos eleitorais	378
4.6. Sufrágio livre	380
4.6.1. Dimensões da liberdade de voto	380
4.6.2. Os textos fundamentais anglo-americanos	381
4.6.3. A omissão dos textos fundamentais portugueses	382
4.6.4. Sufrágio facultativo <i>vs.</i> sufrágio obrigatório	384
a. O «dever cívico» e sanção de inelegibilidade (1974-1978)	386
b. O debate recorrente	387
4.6.5. A questão da irrelevância da abstenção e do voto em branco.....	390
4.7. Sufrágio secreto.....	392
4.7.1. Substituição do voto oral pelo voto escrito.....	392
4.7.2. O sistema de <i>voto australiano</i>	395
4.8. Princípio da proporcionalidade na conversão de votos em mandatos ..	397
CAPÍTULO V	
CAPACIDADE ELEITORAL.....	399
5.1. Direito de sufrágio.....	399
5.1.1. O direito de sufrágio como direito fundamental	399
5.1.2. Dimensões do direito de sufrágio	400
a. Maioridade eleitoral.....	401
b. Voto dos analfabetos	401
c. Voto feminino	402
d. Voto dos cegos e das pessoas com deficiência.....	403
e. O voto dos interditos e dos doentes psíquicos.....	404
f. Voto dos presos	405

5.1.3. Ampliação do direito de sufrágio.....	405
a. O voto dos residentes no estrangeiro.....	405
b. Cidadãos lusófonos.....	408
5.1.4. Restrições ao direito de sufrágio.....	409
a. O caso transitório das «indignidades cívicas».....	410
b. Pessoas com deficiência mental.....	411
c. A condenação penal à privação de direitos eleitorais.....	412
5.2. Capacidade eleitoral passiva.....	413
5.2.1. O direito fundamental de acesso a cargos eletivos.....	413
5.2.2. As restrições iniciais.....	413
a. Maioridade eleitoral dos elegíveis.....	414
b. Literacia mínima para ser eleito deputado.....	415
c. As «inelegibilidades cívicas».....	415
d. O incumprimento do dever de votar.....	416
5.2.3. As restrições vigentes.....	417
5.3. O recenseamento eleitoral automático e obrigatório.....	418
CAPÍTULO VI	
SISTEMA ELEITORAL.....	421
6.1. Sistema eleitoral e sistema político.....	421
6.2. Círculos eleitorais.....	422
6.2.1. Círculos eleitorais plurinível.....	422
6.2.2. Círculos plurinominais infranacionais.....	423
a. Critério territorial dos círculos eleitorais no território nacional.....	423
b. Critério de distribuição dos deputados por círculo.....	425
c. Os círculos eleitorais dos residentes no estrangeiro.....	427
6.2.3. Círculo nacional.....	428
6.2.4. Círculos uninominais.....	429
6.3. Candidaturas.....	431
a. Candidaturas partidárias.....	431
b. A paridade de género.....	432
6.4. Modo de exercício do direito de voto.....	433
6.4.1. Importância do modo de exercício do voto.....	433
6.4.2. Sistema ou modo de votação.....	434
a. Voto de lista bloqueada.....	435

b. Boletim de voto oficial padronizado.....	438
c. Voto “australiano”	439
6.4.3. Exercício pessoal e presencial do direito de voto e suas exceções	440
a. Voto dos cegos	441
b. Voto de deficientes físicos.....	442
c. O caso do voto por procuração ou representante.....	444
d. Voto postal ou por correspondência.....	445
6.4.4. Voto nas respetivas assembleias eleitorais e no dia eleitoral, e exceções	447
a. Voto dos presos.....	448
b. Voto antecipado de várias categorias de eleitores.....	449
c. Voto antecipado em mobilidade.....	451
d. Voto antecipado na pandemia SARS-CoV2 (COVID-19)	452
6.5. Fórmula eleitoral	453
6.5.1. A opção pelo método proporcional de Hondt	453
6.5.2. A exclusão da cláusula-barreira.....	455
6.5.3. A questão da personalização do voto.....	457
CAPÍTULO VII	
PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO REGIME ELEITORAL VIGENTE.....	459
CAPÍTULO VIII	
PROJETOS DE REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL.....	461
8.1. Um tema político recorrente	461
a. Iniciativa governamental (1990)	461
b. Iniciativa governamental (1997/98)	462
c. Iniciativa do PS (2002).....	466
d. Iniciativa do PSD (2007)	467
e. Petição pública da APQD e da SEDES (2019).....	468
f. Projetos do PAN (2023/24)	469
g. Outros projetos (2023/24).....	470
8.2. O debate doutrinário.....	472
Fontes e bibliografia.....	473
Anexolegislação eleitoral (1974-2026)	482
CONCLUSÃO	491
Índice.....	505



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

www.coimbraeditora.pt

GRUPO

GESTLEGAL